

Analizando expressões brasileiras (verbetes em A-C)

Jean Lauand¹

Resumo: O artigo apresenta alguns verbetes que integrarão um futuro “Dicionário filosófico-sociológico de expressões brasileiras”, buscando esclarecer seu uso, datação e sentido.

Palavras Chave: expressões brasileiras. uso, datação e sentido.

Abstract: This article presents some entries (as part of a coming Dictionary) of Brazilian slang and idioms on their datation, meaning and usage.

Keywords: Brazilian slang. Brazilian idioms. datation. meaning.

Introdução – Expressões brasileiras, seu significado e datação

Neste artigo e no outro que integra esta edição, apresento uma amostra do que será um livro, um “Pequeno Dicionário Filosófico e Sociológico de Expressões Brasileiras”, que sucede o recém publicado *Pequeno dicionário de expressões brasileiras* (<https://www.editoraenguaguacu.com.br/product-page>).

Para a elaboração destes verbetes comentados, contamos com a preciosa ferramenta para estudos de fraseologia: o imenso banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (abreviaremos por BN), que permite a consulta *on-line* de milhares de periódicos, desde o surgimento da Imprensa brasileira, com a vinda da Família Real. Em cada citação (na qual manteremos a grafia da época), indicamos o órgão de imprensa, a data de publicação e a cidade ou Estado da federação do qual ela procede.

Abreviaturas aqui empregadas

BN: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Delicado – é referência ao livro de Antonio Delicado, *Adagios portuguezes reduzidos a lugares communs*, Lisboa, Officina de Domingos Lopes Rosa, 1651.

Pequeno Dicionário: verbetes do “Pequeno dicionário de expressões brasileiras”, São Paulo: Enguaguacu, 2023.

Rolland, Francisco ed. - *Adagios, Proverbios, Rifãos e Anexins da Lingua Portugueza*, tirados dos melhores authores nacionaes, e recopilados por ordem alphabetica por F.R.I.L.E.L. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1841. Nova edição correcta, e augmentada (a 1ª. edição, da mesma casa e coligida por Rolland, é de 1780).

¹. Professor Titular Sênior da FEUSP. Professor Colaborador do Colégio Luterano São Paulo. jeanlaua@usp.br. Autor do recém-lançado: *Pequeno dicionário de expressões brasileiras*. São Paulo: Enguaguacu, 2023.

Alegria do palhaço é ver o circo pegar fogo

Em 1958, Guilherme de Almeida, o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, dedicou seu artigo “Este carnaval” a criticar duramente a expressão acima (“esta coisa”), que era o refrão de uma marchinha tocada constantemente nas rádios:

Faz nem sei quantos dias, estou com isso (a expressão) martelando meu espírito. Quero interpretar, penetrar, aprofundar, compreender o sentido dessas palavras – e não consigo. Devo ser ou ter ficado (por causa desse refrão), burro, muito burro, burríssimo, muito burríssimo.

(“O Estado de S. Paulo”, 04-02-1958)

De fato, a sentença não é de fácil entendimento, mas pode ser que contenha um sentido profundo e atinja um aspecto das profundezas dos complexos sentimentos humanos.

Consideremos, por exemplo, que haja abuso de autoridade em uma empresa, grupo religioso, partido político, time de futebol etc. Os descontentes, preteridos, ressentidos (tipificados pelo “palhaço”), gozariam de uma inconfessável alegria se vissem o “circo” (dominado por seus opressores) se dar mal. Imaginemos um técnico de futebol arrogante e que humilha publicamente alguns de seus atletas. Nada impede que esses jogadores não se esforcem ao máximo no jogo, ou mesmo que façam discretamente “corpo mole” ou até sabotem ativamente (sempre na surdina) o desempenho do time em campo para – por conta dos maus resultados – fritar o técnico e forçar sua demissão...

A expressão – e tantas outras como “Será o Benedito?”, “Ideia de jerico” etc. (Cf. Pequeno Dicionário) – surgiu como refrão de uma marchinha de carnaval, de título “Alegria do palhaço”, composta por Antônio Nássara em 1936, para o carnaval de 1937 (“A Nação” RJ, 06-12-1936; 03-01-1937).

Nássara compôs muitos outros sucessos, como a imortal carnavalesca Alá-lá-ô. “Alegria do palhaço” teve tanto duradouro sucesso que quando – mais de vinte anos depois de seu lançamento – Guilherme de Almeida a critica, reconhecendo-a como a marchinha mais tocada do carnaval de 1958.

Amanheci triste (relação pessoal com o tempo)

O brasileiro, que tipicamente – ao contrário dos britânicos, alemães, japoneses etc. – tem uma preferência pela abordagem pessoal (e não “objetiva”, a do *Sachverhalt*) em seus relacionamentos, leva essa característica também para seu modo de encarar e vivenciar o tempo. É a tese de Gilberto Freyre em *O brasileiro entre os outros hispanos*: “O hispano pode vir a ser o mestre de uma sabedoria tida, durante séculos, no Ocidente, por hediondo vício: o vício da soberania do homem sobre o tempo, no gozo da vida e na apreciação dos seus valores, com as suas inevitáveis decorrências de impuntualidade e de lentidão”.

Essa centralidade do “pessoal” é vista por Julián Marías (em *Hispanoamérica*) como onipresente em nossa cosmovisão, atingindo até a língua. E o pensador espanhol exemplifica com a apropriação pessoal do tempo. Para além do tempo “objetivo”, do relógio, o brasileiro inventa o tempo pessoal: “amanheci triste” (não “a manhã” do relógio, do tempo impessoal), mas a minha manhã; o meu tempo, a hora de cada um, a de Jesus Cristo (que diversas vezes fala de “sua hora”) ou a de Augusto Matraga etc.

A criatividade é tanta que a Deputada Luiza Erundina, com seus 88 anos, inovou e postou em seu Tweeter (23-09-2022) uma foto abraçada com Lula e o texto: “Sextei bem acompanhada”!

A propósito da relação objetiva com o tempo, recordo dois fatos que ilustram as preferências dos latinos.

1. Lembro-me de que, para estudar idiomas, lia os quadrinhos de Tintim em edições em francês e em traduções alemãs. Enquanto aquelas informavam ao leitor em um quadrinho “Algum tempo depois...”, as edições alemãs simplesmente não podiam tolerar essas imprecisões e, no mesmo caso, traduziam “Quinze (ou um número exato adequado, em cada caso) minutos depois...”.

2. Em uma edição de um (hoje desativado) delicioso programa da RAI (ao vivo dos estúdios de Nápoles), *Zero e Lode*, que era um *quiz* no qual venciam a equipe que desse a resposta certa e menos óbvia (em relação a um prévio grupo de controle). o apresentador Alessandro Greco divertia-se surpreendendo a plateia com perguntas que manifestavam o contraste da anarquia local com os costumes do tipo “antagônico”: os britânicos. Assim, por exemplo, à pergunta “Segundo a pesquisa de uma importante universidade inglesa, quais são as 10 gafes, que mais deixam uma pessoa embaraçada no Reino Unido?”, os atônitos napolitanos não acreditavam na resposta certa, campeã absoluta: chegar atrasado a um encontro! (só a título de curiosidade, relato que o programa propôs também outra pergunta, seguindo a mesma pesquisa universitária: “Quais as 20 coisas, que mais fazem uma pessoa feliz no Reino Unido?” E, para assombro do público, “comer bem” não figurava na lista dos britânicos!)

Anhanguera, Ibirapuera, Itaquera..., o passado no presente em palavras tupi

Há um aspecto da filosofia tupi pouco comentado, mas de notável alcance antropológico. Naturalmente, a “filosofia” tupi deve ser procurada não em tratados, mas na língua – como certa vez disse João Guimarães Rosa, referindo-se a uma tribo do Mato Grosso: “Toda língua são rastros de velho mistério”. Língua, que é, afinal, instância privilegiada das descobertas filosóficas que acabam em eruditos tratados.

O tupi tem recursos notáveis para o pensamento e cabe aqui lembrar Caetano Veloso, precisamente na canção Língua, ironizando aquele exagero de Heidegger: “Se você tem uma ideia incrível é melhor fazer uma canção; está provado que só é possível filosofar em alemão”. Na singeleza e transparência do tupi, encontram-se sugestivas peculiaridades filosóficas de fazer inveja às línguas europeias: é o caso da composição com o sufixo -guera.

Ao juntar, a um vocábulo x, a terminação -guera (-quera ou -puera, de acordo com a eufonia), obtemos uma curiosa alteração semântica: x-guera é o que foi x, não é mais (ao menos, em sentido próprio e rigoroso), mas preserva algo daquele x que um dia foi. Assim, anhangá é diabo, espírito com poderes; já anhanguera é alguém que sem ser (mais) diabo preserva algo do poder que um dia teve em plenitude. Mais do que a tradução usual (“diabo velho”) é a esse remanescente poder diabólico que se refere a lendária proeza do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, que pôs fogo na “água” (aguardente) para intimidar os índios.

Já ibirapuera é o que resta daquilo que um dia foi árvore e mata (Ibirá); Itaquera, o mesmo para pedreira (ita é pedra); e Piaçaguera é porto em ruínas, que já não se usa mais.

A composição com *-guera* é frequente no tupi e está continuamente a nos recordar que há uma conexão entre o presente e o passado, entre o futuro e o presente; que há leis naturais regendo o desenvolvimento das coisas e que as ações têm consequências: projetam-se, deixam um rastro, um *guera*.

Cutucaguera (cicatriz), por exemplo, faz lembrar, imediatamente, que aquele sinal no corpo é o que ficou como resíduo de uma espetada (*cutuc* é ferir com ponta); *capuera*, roça abandonada; *tapera* (taba-*puera*), os escombros que lembram que aquilo um dia foi *taba*.

O português não distingue a carne integrada no vivente, daquela que se vende no açougue; nem a pele do animal vivo da que está na bolsa ou artefato. Porém, para a sensibilidade em face da natureza, que há no tupi, só é a carne viva do animal, mas a que está na panela ou churrasqueira é *soóquera*; a pele, no corpo do animal vivo, é *pi*; uma vez extraída, porém, é *pipera*. E *peruca* é *abaguera* (*aba* é cabelo vivo); enquanto de *canga* (osso), forma-se *canguera*, *ossada*, esqueleto de animal; e *pepoquera* é a pena (*pepó*) arrancada do pássaro.

A articulação tupi *x-guera*, dizíamos, pode ser de grande alcance antropológico. A ética clássica ocidental apoia-se na constatação de que o ato humano não se esgota no momento em que a ação foi praticada; deixa marcas, projeta-se. Como diz Gabriel Perissé: “O passado é aquilo que não passou. É aquilo que ficou em forma de experiência, de conhecimento, de conselho, de consciência e de capacidade de análise”.

Ficou, criando na alma, por exemplo, uma predisposição (um *guera*) para o vício ou para a virtude. Precisamente este é um dos sentidos de *guera*: o hábito, a disposição para praticar novos atos no sentido dos anteriores. Assim, o viciado em aguardente (*kauim*) é *kauguera*; o metido a falar é *juruguera* (*juru* é boca); o risonho, propenso a rir é *pukaguera* etc. (F. Edelweiss. Estudos Tupis e Guaranis. Rio, Brasileira, 1969: 258-259).

O passado permanece no presente, e é, como escreveu o contista angolano José Eduardo Agualusa, “como o mar: nunca sossega”. O bullying que a criança sofre hoje pode deixar uma marca para o resto da vida; um trauma qualquer pode custar anos de terapia.

O sufixo *guera* – como todos os recursos vivos da língua – não é apenas uma possibilidade de expressar o pensamento; ele amplia a própria possibilidade de pensar e a sensibilidade perceptiva da realidade; no caso, a continuidade projetiva do passado.

Arrasa-quarteirão - Blockbuster

Arrasa-quarteirão (tal como a forma inglesa, na qual se calcou: *Blockbuster*) significa hoje um filme (em geral de grande orçamento), livro ou outro objeto cultural que atinge enorme popularidade e sucesso. Mas essa nossa palavra (tal como a inglesa) surgiu, durante a Segunda Guerra, com sentido absolutamente literal: para denominar as novas bombas produzidas pelos Aliados, destinadas precisamente a arrasar quarteirões.

A primeira aparição na BN dá-se em “A Noite” (RJ, 28-09-1943):

BOMBA DE QUATRO TONELADAS
(Foto de uma bomba enorme)

Esta gigantesca bomba de 4.000 quilos, das chamadas “arrasa quarteirão”, está sendo levada para o bombardeiro quadri-motor, que a atirá sobre a Alemanha e objectivos da Europa ocupada.

Nos Estados Unidos, país em que a bomba e a palavra a tinham surgido um pouco antes, já em 1943 “blockbuster” começou a ser usada em publicidade para falar de filmes que eram considerados “um arraso”. Também a imprensa brasileira logo assumiu o sentido estendido da palavra e a seguinte ocorrência dela no próprio jornal “A Noite” já é metafórica: fala do artilheiro Moreno, do Turunas Tietê Futebol Clube, como “o arrasa-quarteirão do Tatuapé”.

A rápida propagação e enraizamento desse sentido estendido – no português e no inglês – possibilitou que a palavra sobrevivesse ao poder metafórico da outra bomba, que viria dois anos depois, com poder de arrasar, de uma vez, cidades inteiras...

Bacana

Poderia ser mais precisa a datação de “anterior a 1958” (Houaiss) para o surgimento dessa palavra, pois já no carnaval de 1949 causou estrondoso sucesso a marchinha “Chiquita Bacana”.

Como discutiremos em “Hino do Flamengo”, sobre o que é evidente não se fala: as explicações são só para o desconhecido ou para o que é novo. Assim, surpreendemos a novidade do substantivo “bacana” em 24-01-1941, quando no “Diário de Notícias” (RJ) um cantor se gaba de estar tendo um caso com certa senhora e o jornal se vê na obrigação de explicar o significado da nova gíria:

Trata-se, conforme a sua própria expressão, “de uma bacana”, o que quer dizer, na nossa linguagem: de senhora de boa posição social.

Parece ser também que antes veio o substantivo (indivíduo de alta classe social) e só depois o adjetivo, que designa algo de muito positivo. Por exemplo, só em 1947, a então popularíssima revista “O Cruzeiro” emprega o adjetivo, falando da “vidoca bacana” de garotas de Copacabana. E só nesse mesmo ano aparece na BN a expressão “muito bacana”, muito usada nas décadas seguintes e frequentíssima a partir de 1970.

(o) Barato sai caro

A primeira aparição da expressão na BN, há já quase 200 anos, continua extremamente atual nos tristemente precários “asfaltamentos eleitoreiros”:

A Corte do Brasil é talvez a Capital mais mal calçada que se conheça, e se-lo ha sempre enquanto a Municipalidade não se convencer de que o barato sai caro.

(“A Verdade” RJ, 28-04-1832)

Naquela época, usava-se também a fórmula completa, mais antiga (já registrada por Delicado): “o barato é caro, e o caro é barato” (“A Época” RJ, No 41,

1849), logo suplantada pela versão mais sucinta “o barato sai caro”. A formulação original, com “é” (em vez de sai), é mais forte pois nela caro é o próprio ser do barato e vice-versa.

Seja como for, as duas formulações pretendem universalidade, pelo uso dos “neutros” (adjetivos substantivados) “caro” e “barato”: tudo que é caro / barato... Esse uso do neutro, generalizante, aparece também na expressão: “O seguro morreu de velho”, tudo que está assegurado pela cautela tem longa vida. Ignorar esse uso do adjetivo substantivado leva a erros notáveis como o de um Dicionário da Internet, que assim define o significado da expressão: “É quando uma pessoa está segura sobre uma situação e fica despreocupada, correndo o risco de ser enganada” (!) (<https://www.dicionarioinformal.com.br/o+seguro+morreu+de+velho/>. Acesso em 19-04-2023).

Batatinha quando nasce

Em meio ao árduo trabalho de garimpo na BN demos com uma preciosidade: o primeiro registro de uma das mais famosas de nossas quadrinhas infantis: “Batatinha quando nasce...”, apresentada originalmente em um livro de 1885 do escritor espanhol Eduardo Perié.

Em 10-11-1885, o “Diario de Pernambuco” registra a chegada do ilustre “brasilianista” (avant la lettre) ao Recife e pouco depois, em 29-11-1885, traz nutrida matéria sobre a obra do visitante, destacando a então recém-publicada (antes da abolição e da República), em Buenos Aires: “A litteratura brasileira nos tempos coloniaes – do seculo XVI ao começo do XIX”. Em 1889 o mesmo jornal publica – em trechos diários – esse importante livro e nele encontramos uma coleção de cinquenta quadrinhas populares, assim apresentadas por Perié:

(Insiro aqui) algumas quadras essencialmente nacionaes, cheias de imagens e pensamentos, as quaes revelam melhor que quanto pudessemos dizer, a indole deste povo poeta, impressionavel e sonhador (...) que canta seus amores, seus pezares e suas alegrias em notas tão doces tão sonoras e algumas vezes tão magestosas, que é impossivel deixar de admiral-o.

(16-01-1889)

A única que se imortalizou foi a da batatinha, embora algumas tenham sido lembradas escassa e esporadicamente, como as duas que apresento de amostra:

Com pena peguei na penna
com pena para te escrever
a penna cahio da mão
com pena de não de te ver

Se vires a garça branca
pelos ares ir voando,
dirás que são meus olhos
que te vão acompanhando
(16-11-1889)

Finalmente, no dia 19-11-1889, o “Diário de Pernambuco” publica nossa quadrinha, que irá prevalecer por um bom tempo:

Batatinha quando nasce
deita rama pelo chão;
mulatinha quando deita
bota a mão no coração.

Claro que parlendas de tradição oral estão sujeitas a muitíssimas variações e não se pode pretender em todo o vasto território nacional um enunciado fixo para os versos, embora o primeiro, “batatinha quando nasce”, tenha resistido incólume nestes 140 anos. Assim, já em 1899, registra-se a variante com “Mariquinha quando dorme” (evitando a repetição de “deita”). Logo populariza-se também uma tentativa de troca de “mulatinha” por Sinh’Anninha” etc.

Por outro lado, muitas das acepções de “deitar” (são 38 no Aurélio!) caíram em desuso no Brasil, mas não em Portugal, onde ainda se diz: “deitar (jogar) fora”, “deitar (verter) leite no copo” etc. Daí que em 1935 (18-12-1935) o “Correio Paulistano” registre uma nova forma: “esparrama pelo chão”, que viria a se fortalecer no carnaval de 1958 com o sucesso da marchinha “Batatinha quando nasce” (“A Gazeta Esportiva” 25-01-1958) e é o verso ainda hoje, mais usual, embora haja sérias concorrentes, como “espalha rama”. E para “menininha”, muitos têm proposto “mamãezinha”.

Enfim, há hoje muitas variedades de formas alternativas da velha quadrinha.

Bater o martelo

“Já bati o martelo: vou sair desse emprego”; “Chega de enrolação, quando é que vocês vão bater o martelo e se casarem?”, “A diretoria bateu o martelo: Fulano vai ser o novo técnico do time”. Afinal, de onde vem originariamente a locução “bater o martelo”, que usamos para expressar que foi tomada (em qualquer atividade) uma decisão definitiva? Alguns sites da internet afirmam categoricamente que vem dos tribunais: quando o juiz profere a sentença, ele bate o martelo e dá por encerrado um caso.

Para muitos outros, a expressão procede obviamente dos leilões: quando um item é arrematado por um lance e o leiloeiro bate o martelo e encerra a venda, dizendo: “Vendido para Fulano”.

A origem no leilão parece mais acertada, pois o juiz usa o martelo também para outros comunicados, além do veredicto final: para exigir ordem na corte, para interromper a sessão para um intervalo etc.

Em todo caso, decidimos pesquisar comparativamente na BN – limitando-nos, por razões de viabilidade, ao estado do Rio de Janeiro – “juiz bateu o martelo” e “leiloeiro bateu o martelo”. Os resultados foram significativos: para “juiz”, houve apenas 13 incidências, todas muito recentes (a mais antiga é de 1968); para “leiloeiro”, 20: as mais antigas remontando a 1896, 1918 e 1920 e apresentando 8 casos anteriores ao primeiro de “juiz”.

Ao que tudo indica o mérito da origem da expressão – “dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três” – vai mesmo para os leilões.

Borocoxô (& Cia.) – elogio da sonoridade

Certas palavras têm o condão de acompanhar com sua própria sonoridade o significado que expressam. Em italiano, se se pronuncia “spruzzo” com algum líquido na boca, produzir-se-á o borrifar, que é o próprio spruzzo². Assim também, mesmo sem conhecer nossa palavra, hoje esquecida, “furdúncio”, já se imagina que significa bagunça, “movimentação com barulho, algazarra, desordem” (Houaiss): “Turma, vamos colaborar com a aula, dá para parar com esse furdúncio aí no fundão?”.

Em 1949 surge na BN a gíria “borocoxô” que, como a sonoridade já deixa entrever, significa abatido, triste, desanimado. E o mesmo acontece com suas congêneres: macambúzio, sorumbático e jururu! Uma incrível constelação de sombrios sons que espelham um estado de ânimo chocho e desenxabido.

(dar com os) Burros n’água

A expressão, certamente muito mais antiga, é muito usada na BN desde 1830, no sentido metafórico óbvio: malograr, dar-se-mal. Esta é a primeira aparição:

Os liberalões da Bahia estão dando com os burros n’água. Segundo as notícias, reunio-se o Conselho da Provincia; e tudo quanto era liberalão não pôz os pés là.
 (“O Amigo do Povo” PE, 02-01-1830)

Sendo o burro, o meio de transporte de carga na época, dentre os incômodos e perigos que os tropeiros enfrentavam, estava o de que perdessem as bestas ou suas cargas ao tentar vadear rios e brejos incontornáveis em seu trajeto, dar com os burros n’água.

Cada louco com sua...

Muito antes de Churchill e de sua famosa caracterização do fanático, “alguém que não muda de ideia... nem de assunto”, o provérbio espanhol já decretava: “cada loco con su tema”.

Ao importar esse ditado, o português o traduz inicialmente por “cada louco com sua teima”, valendo-se da proximidade sonora de teima/tema, mas perdendo um pouco da elegância castelhana do menos explícito “tema”.

Na BN “cada louco com sua teima” aparece já em 11-09-1823 no “Correio do Rio de Janeiro”, que o qualifica como “antigo adagio”. No década de 1830, porém, todas as oito citações do provérbio, retomam a forma original “... seu tema”. No decênio seguinte, curiosamente, todas as onze referências ao ditado voltam a ser “... sua teima”. E o mesmo nos anos 1850. Até que em 1860 estreia no Rio de Janeiro, com grande sucesso por anos, a comédia “Cada louco com sua mania” de João d’Aboim (“Jornal do Commercio” RJ, 08-10-1860), peça que nos parece ter

² Daí que as más línguas tenham inventado a lenda (ou não?) da forma repugnante de temperar salada: encher a boca com azeite e vinagre e borrifá-la (spruzzo) no prato (cf. p. ex. o post de Kinzica em <http://forum.corriere.it/nutrizione/31-10-2010/la-sbruffata-dellinsalata-e-esistita-oppure-no-1647462.html> Acesso em 02-05-2023).

sido decisiva para criar (ou ajudar a criar) uma nova formulação para o provérbio, que desbancou as demais e tem preponderado desde então até os dias de hoje.

Uma ameaça a esse reinado de 160 anos, surgiu muito recentemente com um enunciado alternativo, que vai crescendo no uso popular: “Cada louco com sua loucura” (título de um sucesso de Fernando e Sorocaba, lançado em 2018) e que, afinal, empobrece nossa expressão, tirando da original “loucura” a essencial nota do desmedido apego por um assunto para diluí-la em qualquer tipo de desvario, desatino ou extravagância.

Cafangar

Há pessoas que (com problemas em relação a sua própria imagem) têm uma quase necessidade de “cafangar o interlocutor” e precisam garantir que não pareçam inferiores. Assim, têm um rápido instinto e uma rara habilidade de cafanga, diminuir um bem ou conquista do outro, como no imaginário diálogo:

“– E aí, o que você foi fazer na Inglaterra?”

“– Fui defender meu doutorado em Oxford”

“– Oxford? Todo mundo diz que ela anda meio decadente. E como é que foi?”

“– Aprovado com máxima qualificação”

“– É, eles têm fama de amolecer para bolsistas estrangeiros vindos de países em desenvolvimento”.

“Cafangar” é a palavra que importamos do quimbundo no século 19 e significa (Houaiss): “atribuir defeito (a quem não os tem)” (o dicionário erradamente dá-lhe a datação de 1913). E, mais especificamente, como a dicionariza Beurepaire-Rohan em 1889 (“Diccionario de Vocabulos Brasileiros”), simular desdém por aquilo que se deseja, por exemplo, criticar um produto que se quer comprar como forma de pechinchar:

Offereci a José meu cavallo por um preço razoavel; ele *botou cafanga*, mas afinal comprou-mo.

Uma tal palavra no uso vivo da linguagem faz-nos muita falta, pois incide sobre uma realidade frequente e que carece de nomeação, além da sugestiva sonoridade africana.

(meu) Caro

A riqueza (e a precisão) de vocabulário vivo para determinado assunto em uma língua denota o interesse vital dos falantes por aquele tema. Nesse sentido, note-se, por exemplo, o incrível detalhamento a que chegou o léxico futebolístico no Brasil, em que a resolução da linguagem chega a distinguir: bicicleta, meia-bicicleta, puxeta e voleio! Do mesmo modo, S. Tomás apresenta distinções entre diversos “sinônimos” de amor em latim, interessantes do ponto de vista da antropologia filosófica. Assim, ao afirmar (em *I Sent.* d.10, q.1, a. 5, ex) que o Espírito Santo é *amor* ou *caritas* ou *dilectio* do Pai e do Filho, precisa que *amor* indica a simples inclinação de afeto para o

amado, enquanto *dilectio* (“como a própria etimologia indica”) pressupõe escolha e é, portanto, racional. Já *caritas*, objeto de particular estudo neste verbete, enfatiza a veemência do amor (*dilectio*) enquanto se tem o amado por inestimável preço (“*inquantum dilectum sub inaestimabili pretio habetur*”), no mesmo sentido em que dizemos que as coisas (o custo de vida, as compras) estão caras (“*secundum quod res multi pretii carae dicuntur*”).

Há aqui um fato surpreendente e muito sugestivo. Não é por acaso que, também em outras línguas, se use a mesma e única palavra para dizer: “meu caro amigo” e “o feijão está caro” (“my dear friend”, “beans are too dear”; “mon cher ami” e “haricots sont trop cher”). Para o realismo medieval, não há nenhum choque em que a palavra “caridade”, escolhida para designar o amor de Deus (e o amor ao próximo por Deus) seja uma palavra que eles ligam a dinheiro, preço: caridade, o amor pelo amado, insiste Tomás, indica aquilo (uma coisa, um objeto) que consideramos de inestimável preço, como caríssimo: “*Caritas dicitur, eo quod sub inaestimabili pretio, quasi carissimam rem, ponat amatum caritas*” (In III Sent. d.27, q.2, a.1, ag7). Assim, quando dizemos “meu caro amigo” ou “caríssimo Fulano”, estamos valendo-nos de metáforas de preço (daí, também, a-preço, prezado, menos-prezo, des-prezo etc.), de estima, de estimativa.

Nesta mesmíssima linha, situa-se a fórmula de cortesia árabe, ante um amigo que diz que vai pedir algo: “*Anta gally wa talibuka rakhiz*” (“você é caro e seu pedido é barato”). E quando nos lembramos que Cristo compara o Reino dos Céus a um tesouro que um homem encontra num campo, ou a um mercador que procura pedras preciosas e que a obtenção desse bem requer a venda de todo o resto, não nos surpreenderá que “caridade” seja a palavra para designar o bem apreciado.

Tiradas que são uma preciosidade.

Catecismo – sutilezas da linguagem do Vaticano

Com seus dois mil anos de existência e com experiência acumulada ao longo de séculos a Igreja Católica – ao menos em seus documentos oficiais – está muito atenta às sutilezas da linguagem... Para a Cúria Romana não é a mesma coisa trocar “seis” por “meia dúzia”, afinal em certos contextos como, por exemplo, quando se diz: “– Não é por causa de *meia dúzia* de cafajestes que vamos proibir o torcedor de ir ao estádio”, a formulação equivalente seria: “– Não é por causa de *três ou quatro* cafajestes que vamos...”: ambas indicam uma quantidade ínfima; enquanto “seis” poderia dar a ideia de um bando composto exatamente por seis elementos.

Com mais de um bilhão de fiéis e uma imensa bagagem histórica não é de estranhar que os documentos da Igreja sejam produzidos com lentidão e os inúmeros trâmites do pesado sistema burocrático da Cúria Romana. Foi o que aconteceu com a elaboração do Catecismo. Por considerarem que já haviam passado mais de 400 anos desde a publicação do último Catecismo da Igreja Católica (o do Concílio de Trento, em 1566), em 1992 foi lançado mundialmente uma versão prévia de um novo Catecismo, como preparação para uma edição definitiva, que veio à luz em 1997.

João Paulo II, na Constituição Apostólica *Fidei Depositum* conta que o novo Catecismo foi inicialmente redigido por sete Bispos, supervisionados por uma Comissão de 12 Cardeais e Bispos, recebendo, ao longo de sucessivas redações, sugestões de peritos e bispos de todo o mundo. Sobre esse texto (1992, a partir de agora abreviado como C-92), uma nova comissão, desta vez composta só por membros da Cúria Romana (também sob a presidência do então Cardeal Ratzinger), se

encarregou de corrigir a versão provisória e preparar o texto definitivo de 1997 (cf. Carta Apostólica *Laetamur Magnopere* de João Paulo II), que citaremos como C-97.

O original de C-92 foi publicado originalmente em francês e o de C-97 em latim; em cada caso, as conferências episcopais aprovaram traduções para seus países (daí que, por exemplo, as traduções brasileira e portuguesa sejam ligeiramente diferentes).

Para que a edição definitiva, C-97, estivesse correta e não se afastasse da estrita ortodoxia, a Cúria fez 99 emendas ao texto de C-92, para eliminar as formulações divergentes contidas naquela “versão beta”. Analisaremos alguns aspectos da linguagem dessas emendas e seu sentido.

Tomaremos, inicialmente, um par de exemplos da parte III do Catecismo (pontos 1691 a 2557), dedicada à moral. Algumas das modificações, mais ou menos sutis, foram extremamente importantes.

O ponto 2358 de C-92 trazia a formulação:

Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais inatas profundamente radicadas. Não são eles que escolhem sua condição homossexual...

Já com os cortes de C-97, o mesmo ponto ficou assim:

Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas...

O sentido da mudança e do corte (de “Não são eles que escolhem sua condição homossexual”) foi explicitado por um site tradicionalista católico espanhol que protestava contra o enunciado de C-92:

Se são “inatas” e “não são eles que escolhem sua condição homossexual”, que culpa eles têm? E dizer que eles não escolhem sua condição é enfrentar a Sagrada Escritura... (<http://radiocristiandad.wordpress.com/2008/07/23/la-novedad-en-lo-novedoso/> Acesso em 25-05-23)

E o jornal **O Estado de São Paulo** assim intitulava uma notícia: “‘Homossexualidade é uma doença’, diz bispo argentino - Para Hugo Santiago, é a educação sexual nas escolas que ensina homossexualidade como algo natural”.

A afirmação do bispo de que a homossexualidade é uma perversão *ensinada* não seria compatível com o enunciado de C-92. A notícia prossegue:

BUENOS AIRES - Um bispo argentino está no centro de uma polêmica por ter dito que “a homossexualidade é uma doença que pode ser tratada e curada”, durante uma homilia perante milhares de fiéis católicos, informou nesta segunda-feira, 23 [23-03-09], a imprensa local. Monsenhor Hugo Santiago, membro da Opus Dei e bispo da diocese de Santo Tomé, fez essas declarações na quinta-feira, 19, em uma missa celebrada em Paso de los Libres, no noroeste da Argentina na fronteira com o Brasil. Em seu discurso, o religioso também indicou

que através da educação sexual nas escolas “se pretende ensinar que é algo natural, de livre escolha.”

(<https://www.estadao.com.br/ciencia/homossexualidade-e-uma-doenca-diz-bispo-argentino/> Acesso em 25-05-23)

Em se tratando de moral, as propostas das religiões oscilam entre dois polos: a consciência do fiel (valorizada pelo concílio Vaticano II) e o estabelecimento de normas operacionais. Tenha-se em conta também que não cabe supor uma uniformidade católica: há diversidade entre os simples fiéis, bispos, conferências episcopais etc. nem sempre em sintonia com a Cúria Romana. Seja como for, estava muito vívida, na antiga doutrina da Igreja, a salutar virtude da Prudência, glorificada por um Santo Tomás de Aquino (1225-1274) como a principalíssima entre as virtudes cardeais. Classicamente, em seu sentido verdadeiro, a Prudência (hoje, na prática, ausente na pregação eclesiástica e desvirtuada semanticamente) era a virtude – portanto uma qualidade intransferível da pessoa – que levava o homem a um reto discernimento da realidade em cada caso e a tomar decisões acertadas em seu agir. O esquecimento, na pregação eclesiástica, da Prudência e a inversão de seu significado (“prudência”, hoje, não é a virtude da decisão que leva à grandeza moral, mas uma egoísta e interesseira cautela) favorecem a minuciosa codificação da moral. Em casos extremos dessa atitude surgem os fundamentalismos. Fundamentalismo é “retranca”, que não quer deixar nada ao discernimento do fiel, sempre considerado imaturo, e pretende garantir a salvação por meio de mil regrinhas, que regulam o comportamento em seus mínimos detalhes. Nessa linha, o regime Talibã chegou a criar um “Ministério do Vício e da Virtude”, para legislar até sobre a posição dos vasos sanitários (que não podiam estar alinhados com Meca) e elaborar listas sobre o que as torcidas podiam gritar nos estádios de futebol... (para não falar dos trajes femininos etc.).

Voltando ao Catecismo, nas edições espanholas, algumas mudanças de C-92 para C-97 aparecem ainda mais acentuadas.

Como no caso do ponto 2352, no qual C-92 indicava a necessidade de se levar em conta na avaliação moral da masturbação diversos fatores psíquicos ou sociais “*que reducen, e incluso anulan la culpabilidad moral*”; formulação que, em C-97, foi substituída por: “*que pueden atenuar o tal vez reducir al mínimo la culpabilidad moral*”.

Na substituição de “reduzem” por “podem atenuar”, a introdução do “podem” é de efeito psicológico, pois, uma vez que são subjetivos os fatores atenuantes (“imaturidade afetiva, força dos hábitos contraídos, o estado de angústia ou outros fatores psíquicos ou sociais”), sua função parece ser só a de manter a sensação de culpa (o fiel não pode excluir a culpa, auto-avaliando fatores subjetivos). Como também a substituição de “anulam a culpabilidade moral” por “talvez reduzir ao mínimo a culpabilidade moral”. Afinal, a própria existência do sacramento da confissão, em diálogo vivo entre penitente e confessor, pressupõe que a culpabilidade moral não é medida discretamente por pontos na carteira como nas infrações de trânsito, que vão desde as gravíssimas (7 pontos), passando pelas grave e média, até a leve, punida com os *mínimos* 3 pontos. A culpa moral, bem como seus atenuantes ou *excludentes*, pertencem ao delicado âmbito da consciência e não podem ser observadas com a operacionalidade de um radar que fotografa uma invasão de faixa de pedestres ou a de um bafômetro que indica a presença de álcool no sangue em índices superiores a 0,05 mg/litro.

Como fica o problema pastoral da absolvição no sacramento da confissão? De 1992 a 1997, havia fatores psíquicos ou sociais que podiam anular a culpa da

masturbação; desde 1997 já não: o fiel deve, então, confessar seus não pecados, da época, que passaram a ser pecados?

Na parte referente à Doutrina da Fé, uma sutil correção é a que se deu no ponto 336, que, falando dos anjos, diz em C-97: “Desde *o seu começo* até à morte, a vida humana é acompanhada pela sua assistência [dos anjos]”, corrigindo assim o texto de C-92: “Desde a *infância* até à morte, a vida humana é acompanhada pela sua assistência”. De fato, a troca de “infância” por “começo”, em C-97, ajusta-se melhor à doutrina do mesmo Catecismo, que diz: “2270. A vida humana deve ser respeitada e protegida, de modo absoluto, a partir do momento da concepção...”; ou: “2274. Uma vez que deve ser tratado como pessoa desde a concepção, o embrião terá de ser defendido na sua integridade...”.

Outra correção interessante apoia-se na não equivalência entre “libertada” e “preservada”; esta mais restrita e inequívoca (Maria nunca esteve em pecado...):

2853 [Maria], por obra do Espírito Santo, é libertada do pecado... (C-92)

2853 [Maria], por obra do Espírito Santo, é preservada do pecado... (C-97)

Mais uma sugestiva mudança: a introduzida no ponto 2483, também dirigida a evitar abusos por parte dos fiéis.

C-92: “Mentir é falar ou agir contra a verdade para induzir em erro aquele que tem o direito de conhecê-la”.

C-97 simplesmente suprimiu a expressão “aquele que tem o direito de conhecê-la”. Farisaísmos à parte, é óbvio que o cidadão não está obrigado a falar a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade, digamos, a um ladrão que invade sua casa, encosta um revólver calibre 38 em sua testa e pergunta se ele tem dólares escondidos ou filhas na casa... Aliás, a própria Igreja não censuraria como mentira as reservas mentais que levariam a responder: “Não!” (enquanto pensa: “não tenho dólares ‘escondidos’: eu sei muito bem onde estão ‘guardados’ meus US\$50.000”). Ou aquele caso, que parece piada, mas aconteceu realmente: toca o telefone, a mulher atende “Boa noite, Fulano”; o marido (Fulano é um importuno) sussurra e gesticula “Diga que eu não estou!” e ante os escrúpulos cristãos da esposa que se recusa a “mentir”, ele abre a porta do apartamento, sai dois passos e sussurra novamente: “Agora você já pode dizer que eu não estou!”.

Encerramos aqui nossa amostra da linguagem do Catecismo. Seu mentor, em uma entrevista de 2003, expressa o sentido que vê em afirmar, por esse meio, sua proposta de catequese.

PERGUNTA: No entanto, como afirmou o cardeal de Viena, Christoph Schönborn, a própria ideia de Catecismo é contestada muito frequentemente, “pelo menos nos países germanófonos e sobretudo no ambiente oficial da catequese”...

CARD. RATZINGER: É verdade, há certa aversão a qualquer tentativa de “cristalizar” em palavras uma doutrina, em nome da flexibilidade. E há um certo antidogmatismo vivo em muitos corações. O movimento catequético pós-conciliar, sobretudo, acentuou o aspecto antropológico

da questão e acreditou que um catecismo, sendo demasiado doutrinal, seria um impedimento ao necessário diálogo com o homem de hoje. Nós estamos convencidos do contrário. Para dialogar bem, é necessário saber do que devemos falar. É necessário conhecer a substância da nossa fé. Por isso, hoje um catecismo é mais necessário do que nunca. (<http://www.30giorni.it/br/articolo.asp?id=747>)